

Carta Aberta aos participantes do XI EnEAP

(Florianópolis, 16-19 de agosto de 2012)

Assim inicia um importante documento constitutivo do movimento nacional por Diretrizes Curriculares Nacionais próprias para os cursos que compõem o “Campo de PÚblicas”:

“Estudantes, coordenadores e professores de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão Social e Gestão de Políticas Públicas de universidades brasileiras, reunidos em Balneário Camboriú - SC, de 5 a 8 de agosto de 2010, durante o IX ENEAP – Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública1, organizado pela FENEAP – Federação Nacional dos Estudantes de Administração Pública, com apoio da UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina, manifestam-se nesta Carta de Balneário de Camboriú em defesa do seguinte:

1. Rápida definição, encaminhamento e aprovação das DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos do Campo Multidisciplinar de Formação Acadêmica em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão Social e Gestão de Políticas Públicas, com fundamento na segunda minuta resultante da Audiência Pública realizada em Brasília no dia 5 de abril de 2010. Evento no qual participaram representantes de numerosos cursos de instituições de ensino superior (IES) brasileiras, vários deles tendo se reunido previamente, no mesmo dia, na Capital Federal, com o objetivo de organizarem-se num movimento permanente em defesa da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão neste campo do saber. Destaque-se da referida minuta os princípios que obtiveram consenso nesta Audiência Pública, na reunião prévia de coordenadores de curso e em lista de discussão movimentada posteriormente:

- respeito à natureza intrinsecamente multidisciplinar e/ou interdisciplinar do campo;
- respeito à pluralidade e diversidade de propostas pedagógicas, oriundas de diferentes escolhas metodológicas e vocações regionais de cada IES;
- formação calcada no *ethos* republicano e democrático e na busca de contribuir para a redução das desigualdades;
- flexibilidade do conteúdo das diretrizes, a fim de permitir às IES a adaptabilidade necessária, sem abrir mão de suas tradições formativas.” (Carta de Balneário Camboriú, 7 de agosto de 2010)

A “segunda minuta” mencionada na Carta, embora não contemplasse todo o conjunto de reivindicações que eram feitas na ocasião, foi aprovada pelo Conselho

Nacional de Educação/Câmara de Ensino Superior em 10 de dezembro de 2010, representando a superação de minuta anterior (que dava aos cursos do Campo o mesmo tratamento que vinham recebendo os cursos de Administração, como se entre eles não houvesse diferenças fundamentais) e o consenso obtido durante a longa audiência pública de 10 de abril de 2010.

Em ordem cronológica: no dia 05/04/2010, em Brasília, uma Audiência Pública Nacional representativa e marcada por intensos e ricos debates (há gravação em vídeo deste evento memorável) produziu as bases de uma minuta das DCNs próprias reivindicadas pelos cursos do Campo de Públicas (embora mencionasse apenas os cursos de Administração Pública, ao contrário do que fora proposto na mencionada Audiência); no dia 07/08/2010 estudantes reunidos no IX EnEAP – Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública aprovaram a Carta de Balneário Camboriú, reivindicando a aprovação imediata das DCNs, depois de os coordenadores de cursos e professores da área terem feito o mesmo no dia anterior; no dia 10/12/2010 o CNE/CES aprovou as DCNs. Desde então, o processo percorre caminhos tortuosos. Em 2011, foi tardivamente publicada a decisão do CNE/CES no Diário Oficial da União, um grupo de professores esteve em Brasília para se informar do que estava ocorrendo e reivindicar a aceleração dos trâmites e foi enviada a Carta de Serra Negra ao então Ministro da Educação, Fernando Haddad, várias vezes lembrado dessa pendência, inclusive pessoalmente, em um evento de que participava em São Paulo (há gravação deste episódio). Nesse ínterim, o Conselho Federal de Administração se manifestou publicamente contra as DCNs, defendendo a subordinação dos Cursos de Administração Pública às DCNs de Administração.

O que se pode concluir desse breve histórico, hoje, 17 de julho de 2012, quando se aproxima o segundo aniversário de aprovação das DCNs pelo CNE/CES e se está a um mês da realização do XI EnEAP, em Florianópolis?

Muitas conclusões podem ser tiradas, dependendo de qual seja o ângulo de visão adotado e a disposição para se desatar nós górdios em políticas públicas, mas vale destacar algumas, oportunas para a reflexão de pessoas que formam, que se formaram ou que estão se formando nos cursos do Campo de Públicas.

1. Fervor pedagógico não é suficiente para se opor com sucesso à síndrome de rábula (priorização de procedimentos jurídico-administrativos em detrimento de aspectos substantivos envolvidos em decisões e implementação de políticas públicas)

em processos políticos eivados de interesses, principalmente quando eles não se manifestam às claras e em arenas abertas para o debate.

2. “O processo”, de Franz Kafka é uma obra esclarecedora, de leitura fundamental para todo indivíduo que, por qualquer razão, venha a se envolver ou lidar com a tecnoburocracia moderna, identificada por Norberto Bobbio como um desafio às relações democráticas.

3. Quem age contra burocracias e grupos de interesse coesos sem dotar-se de capacidade de articulação e mobilização corre duplo risco: o de deparar-se com um “Sabe com quem você está falando?” não dito, mas demonstrado em trâmites nada republicanos; o de sofrer “A metamorfose” (Kafka de novo), mas não como Gregor Samsa, que virou barata, pois ao invés de inseto, irá se tornar um daqueles personagens circenses engraçados, de nariz vermelho, roupas largas e botinas exageradas.

4. Audiências Públicas, no Brasil, são recentes, e se ressentem, ainda, de uma natureza perversa para a confiança na democracia e no republicanismo: quando não servem para legitimar publicamente o que já está legitimado secretamente, são simplesmente esquecidas, sem que ninguém se disponha a trazer à tona este absurdo.

5. Enquanto não avança a cultura democrática e a perspectiva republicana na sociedade, nos partidos, nos governos, um “campo de públicas” terá que permanecer um polo de contra-hegemonia, cuja atuação, se restrita ao ambiente universitário, tem pouca chance de enfrentar a hegemonia corporativista, patrimonialista e populista.

Araraquada SP, 17 de julho de 2012

Valdemir Pires

Professor do Departamento e do Curso de Administração Pública da
UNESP/FCL-Araraquara